

Universidade Federal de Santa Maria
Pró-Reitoria de Graduação
Centro de Educação
Curso de Graduação a Distância de Educação Especial

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

7º Semestre

1ª Edição, 2006



Secretaria de
Educação Especial

Secretaria de
Educação a Distância

Ministério
da Educação



Elaboração do Conteúdo

Profa. Regina Maria Melo
Professora Pesquisadora (Conteudista)

Samuel Mota
Acadêmico Colaborador

Desenvolvimento das Normas de Redação

Profa. Ana Cláudia Pavão Siluk
Profa. Luciana Pellin Mielniczuk (*Curso de Comunicação Social | Jornalismo*)
Coordenação

Profa. Maria Medianeira Padoin
Professora Pesquisadora Colaboradora

Danúbia Matos

Iuri Lammel Marques
Acadêmicos Colaboradores

Revisão Pedagógica e de Estilo

Profa. Eliana da Costa Pereira de Menezes

Profa. Cleidi Lovatto Pires
Comissão

Revisão Textual

Profa. Marta Azzolin
Coordenação

Direitos Autorais

(Direitos Autorais | Núcleo de Inovação e de Transferência Tecnológica | UFSM)

Projeto de Ilustração

Vinicius de Sá Menezes
Técnico

Fotografia da Capa

Banco de imagens sxc.hu

Projeto Gráfico, Diagramação e Produção Gráfica

(Curso de Desenho Industrial | Programação Visual)

Prof. Volnei Antonio Matté

Coordenação

Clarissa Felkl Prevedello

Técnica

Bruna Lora

Filipe Borin da Silva

Acadêmicos Colaboradores

Impressão

Gráfica e Editora Pallotti

* o texto produzido é de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

M528e Melo, Regina Maria

Educação de jovens e adultos : 7º semestre / [elaboração do conteúdo Profa. Regina Maria Melo ; revisão pedagógica e de estilo Profa. Eliana da Costa Pereira de Menezes, Profa. Cleidi Lovatto Pires] - 1.ed. - Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Graduação, Centro de Educação, Curso de Graduação a Distância de Educação Especial, 2006.
48 p. : il. ; 30 cm.

1. Educação 2. Ensino 3. Educação especial 4. Educação de jovens e adultos I. Menezes, Eliana da Costa Pereira de II. Pires, Cleidi Lovatto III. Título

CDU 374.7

Ficha catalográfica elaborada por
Marisa Severo Corrêa - CRB-10/734
Biblioteca Central - UFSM

Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação

Fernando Haddad
Ministro da Educação

Prof. Ronaldo Mota
Secretário de Educação a Distância

Profa. Cláudia Pereira Dutra
Secretária de Educação Especial

Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Clóvis Silva Lima
Reitor

Prof. Felipe Martins Müller
Vice-Reitor

Profa. Nilza Luiza Venturini Zampieri
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Jorge Luiz Cunha
Pró-Reitor de Graduação

Profa. Cleuza Alonso
Coordenadora de Planejamento Acadêmico e de Educação a Distância

Prof. Alberi Vargas
Pró-Reitor de Administração

Sr. Fernando Portin da Rocha
Diretor do CPD

Profa. Maria Alcione Munhóz
Diretora do Centro de Educação

Coordenação da Graduação a Distância em Educação Especial

Prof. José Luiz Padilha Damilano
Coordenador Geral

Profa. Vera Lúcia Marostega
Coordenadora Pedagógica e de Oferta

Profa. Andréa Tonini
Coordenadora de Tutorias e dos Pólos

Profa. Vera Lúcia Marostega e Prof. José Luiz Padilha Damilano
Coordenadores da Produção do Material do Curso

Coordenação Acadêmica do Projeto do Curso de Licenciatura a Distância de Educação Especial - Graduação - Oferta do 1º ano - Projeto MEC/SEED-UFSM 02/2005

Prof. José Luiz Padilha Damilano
Coordenador

Profa. Maria Inês Naujorks
Coordenadora/Gestora Financeira do Projeto

João Rafael Presa Leite
Assessor Técnico

Sumário

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA	05
-----------------------------------	----

UNIDADE A

OS PARADIGMAS EDUCACIONAIS QUE ENVOLVEM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	07
1. Questões conceituais e epistemológicas que envolvem o EJA	09

UNIDADE B

A INCLUSÃO E A CIDADANIA, ABORDAGENS DO FRACASSO ESCOLAR, RELAÇÕES E CONSEQÜÊNCIAS NA ESCOLA BRASILEIRA	17
1. Abordagens do fracasso escolar	
2. Relações e conseqüências na escola brasileira	19

UNIDADE C

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	23
1. Planejamento, execução e Avaliação	25

UNIDADE D

O CURRÍCULO ESCOLAR NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA	29
1. Observação participada em escolas e/ou outras experiências de Educação de Jovens e Adultos	32

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas	33
----------------------------	----

Apresentação da Disciplina

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

7º Semestre

A disciplina de Educação de Jovens e Adultos tem como propósito oferecer aos alunos a análise de diferentes aportes teóricos a respeito da temática da Educação de Jovens e Adultos.

Busca-se através de textos, reflexões e análises, assim como através de atividades interativas, conhecer as pesquisas e os estudos atuais sobre a educação de jovens e adultos.

Considerando o contexto da Política Educacional Brasileira, no que se refere às questões de exclusão social, o educador precisa ter a competência humanística, técnica e política para exercer a sua ação de educador contribuindo para não só minimizar, mas também compor a frente para erradicar esta questão de exclusão social.

Ao final da disciplina o aluno deverá ser capaz de:

- destacar a importância de proposta político-pedagógica no contexto escolar da Educação de Jovens e Adultos.
- redimensionar a ação e desafios do professor da escola básica frente aos alunos desta modalidade.

Esta disciplina será desenvolvida com uma carga horária de quarenta e cinco (45) horas/aula.

Entenda os nossos ícones!



Alerta

Alerta o leitor sobre algum assunto que está sendo tratado no momento.



Saiba Mais - Recomendação

Indica fontes externas e outras leituras, como livros, sites na internet, artigos, outros itens da própria apostila, etc.



Conteúdos Relacionados

Sugere ao aluno conhecer um ou mais conteúdos específicos para melhor entendimento do conteúdo atual.



Atividades

As atividades dizem respeito aos exercícios abordados no tópico anterior, podem ser analógicas ou digitais.

UNIDADE



OS PARADIGMAS EDUCACIONAIS QUE ENVOLVEM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Objetivos da Unidade:

Ao final desta unidade o aluno deverá ser capaz de caracterizar, comparar e analisar diferentes aportes teóricos sobre os paradigmas educacionais que envolvem a educação de jovens e adultos (EJA)

Introdução



Figura A.1

Analisando o contexto atual destacamos que:

O movimento que estamos vivendo é de mudança paradigmática, de perplexidade frente ao novo, talvez o momento mais rico de nossa trajetória de educadores. Mantoan (2003, p.16) faz referência a um novo paradigma do conhecimento que está surgindo das interfaces e das novas conexões que se formam entre saberes outrora isolados e partidos. Paradigma este que nos faz problematizar nossa sociedade racional, de espírito científico, da busca incessante pela "verdade". Nos faz questionar nossa escola, representante desta racionalidade, com papel de controle, de normatização, totalmente incompatível com o princípio do acolhimento a diversidade. (MEC,2006)

Este movimento paradigmático se reflete na Educação de Jovens e Adultos,

Há um intenso movimento de jovens e adultos voltando à sala de aula. Quem não teve oportunidade de estudar na idade apropriada, ou que por algum motivo abandonou a escola antes de terminar a Educação Básica, está procurando as instituições de ensino para completar seus estudos. Aqueles que não sabem ler e escrever pretendem ser alfabetizados. Os que já têm essas habilidades desejam adquirir outros saberes - e diploma, naturalmente - para que tenham chances no concorrido mercado de trabalho e sintam-se cidadãos responsáveis pelos destinos do país. (GENTILE, 2003).

1 Questões conceituais e epistemológicas que envolvem o EJA

A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família", que o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; sendo tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. Referendando a Declaração De Hamburgo sobre a EJA, 1997.

O Plano Nacional de Educação propõe a redução do analfabetismo, destaca que

Os déficits do atendimento no Ensino Fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório. Embora tenha havido progresso com relação a esta questão, o número de analfabetos é ainda excessivo e envergonha o país. [...] Todos os indicadores apontam para a profunda desigualdade regional na oferta de oportunidades educacionais e a concentração de população analfabeta ou insuficientemente escolarizada nos bolsões de pobreza existentes no país. (CURY,2000)

Nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bem social, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregado na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

Segundo Bezerra,

A EJA hoje no Brasil é, reconhecidamente, direito público subjetivo face ao ensino fundamental, de todos os jovens a partir dos 15 anos, adultos e idosos, a seu critério. É neste sentido que a Lei nº 9.394/96, em seu Art. 5º, determina o recenseamento da população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso (art. 5º, § 1º, I) e fazer-lhes a chamada pública (art. 5º § 1º, II), como responsabilidade dos Estados e Municípios, com a assistência da União. Destaque-se que o Art. 60 (emendado) da Constituição, em seu § 6º, define que um quantitativo do equivalente a trinta por cento dos recursos do art. 212 da Constituição Federal deverão ser destinados à erradicação do analfabetismo e à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental (2004)

Esta observação faz lembrar que a ausência da escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou "vocacionado" apenas para tarefas e funções "desqualificadas" nos segmentos de mercado. Muitos destes jovens e adultos, dentro da pluralidade e diversidade

Educação de Jovens e Adultos

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira LDB 9394/96, na seção V: Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

(Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)

de regiões do país, nos mais diferentes estratos sociais, desenvolveram uma rica cultura baseada na oralidade da qual nos dão prova, entre muitos outros, a literatura de cordel, o teatro popular, o cancionero regional, os repentistas, as festas populares, as festas religiosas e os registros de memória das culturas afro-brasileira e indígena.

Nesta perspectiva, destacamos a concepção de alfabetização em EJA:

(...) a alfabetização, concebida como o conhecimento básico, necessário a todos, num mundo em transformação, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. (...) O desafio é oferecer-lhes esse direito... A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito básico para a educação continuada durante a vida. (Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos, 1997).

Dentro de uma abordagem histórica, destacam-se, a partir da década de 30, as primeiras ações nesta perspectiva, sua construção originou-se do "Manifesto dos Pioneiros da Educação", o qual foi feito por um grupo de intelectuais no ano de 1932 reivindicando uma grande reformulação da educação no país. O resultado deste manifesto foi a inclusão do artigo 150 na Constituição Federal de 1934, que declarava ser competência da União fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos comuns e especializados, coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país, mencionando também, em seu artigo: 152 que era competência do:

Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, a elaborar o plano para ser aprovado pelo Poder Legislativo, sugerindo ao Governo as medidas que julgasse necessárias para a melhor solução dos problemas educacionais bem como a distribuição

adequada de fundos especiais (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, p. 13).

Decorrente desse processo histórico, inicia-se um movimento que começa a delinear duas correntes que são:

aprofundamento de um campo teórico-pedagógico orientado para a discussão do analfabetismo enquanto tal. A desvinculação do analfabetismo de dimensões estruturais da situação econômica, social e política do país legitimava uma visão do adulto analfabeto como incapaz e marginal, identificado psicologicamente com a criança. (CURY, 2000).

Em 1960, começa a emergir o Movimento de Cultura Popular em Recife, sustentado nas concepções teóricas de Paulo Freire.

Insere-se neste movimento a Igreja Católica, através do Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dos Centros de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes, a partir de 1961.

Nesse período, estudantes e intelectuais atuam junto a grupos populares desenvolvendo e aplicando novas perspectivas de cultura e educação popular. É o caso do Movimento de Cultura Popular, criado em Recife em 1960 e dos Centros de Cultura Popular da União. E ainda, a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR) e a Campanha "De Pé no Chão também se aprende a Ler" na cidade de Natal/RN.

Decorrente deste movimento surge (em 1963) o Plano Nacional de Alfabetização, mas "com o golpe de 1964 interrompe a efetivação do Plano que desencadearia estes programas" e o modelo de desenvolvimentista "(denominação atribuída pelo novo governo) e que entendia este movimento como uma

ameaça à ordem vigente a partir daí.

E ainda

Os programas, movimentos e campanhas foram extintos ou fechados. A desconfiança e a repressão reinantes atingiram muitos dos promotores da educação popular e da alfabetização. Contudo, a existência do analfabetismo continuava a desafiar o orgulho de um país que, na ótica dos detentores do poder, deveria se tornar uma "potência" e palco das "grandes obras". (Idem, 2000)

No período compreendido deste golpe militar até o início da redemocratização do país, tivemos um movimento intitulado como MOBRAL que durou até meados da década de 80. Ele foi substituído pela Fundação EDUCAR,

que dava prioridade ao ensino pré-escolar.

Atualmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN de 9694/96 Art. 21 e 22.) determina que o objetivo da Educação Básica é assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Destacamos as seguintes ações do Governo Federal (2002-2006) em execução no estado do Rio Grande do Sul e apresentados no FORUM ESTADUAL DE EJA, realizado em Porto Alegre/RS em 20/07/2006:

A) BRASIL ALFABETIZADO:

Criado em 2003, o programa Brasil Alfabetizado tem por objetivo capacitar alfabetizadores e alfabetizar cidadãos com 15 anos ou mais que não tiveram oportunidade ou foram excluídos da escola antes de aprender a ler e escrever. De acordo com o Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), figura nesse cenário uma população de 16.294.889 analfabetos. Atualmente, estão cadastrados no Ministério da Educação 1.967.802 alfabetizandos e 99.113 alfabetizadores, em 105.220 turmas. Constam, ainda, 637 entidades parceiras cadastradas.

O programa atua da seguinte forma: a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) coordena, fiscaliza e avalia as ações de combate ao analfabetismo e o Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) transfere os recursos financeiros aos estados, municípios, empresas privadas, universidades, organizações não-governamentais e instituições civis parceiros nesse processo. (Disponível em: http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/brasil_alfabetizado/brasil_alfb.html)

- Apesar do objetivo de estimular o acesso à educação básica, através da formação de alfabetizados e alfabetizadores de jovens e adultos, não substitui as obrigações constitucionais e estatutárias dos entes federados na oferta de Educação Fundamental e EJA.

- Para participar deverá ser firmada uma declaração de compromisso, o preenchimento do cadastro dos alfabetizandos, alfabetizadores, turmas e se houver de

O Movimento Brasileiro de Alfabetização: o MOBRAL surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho. Só que com um cunho ideológico totalmente diferenciado do que vinha sendo feito até então. Apesar dos textos oficiais negarem, sabemos que a primordial preocupação do MOBRAL era tão somente fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação do homem. (Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>).

A **Fundação Educar** foi criada em 1985 e, diferentemente do Mobral, passou a fazer parte do Ministério da Educação. A Fundação, ao contrário do Mobral que desenvolvia ações diretas de alfabetização, exercia a supervisão e o acompanhamento junto às instituições e secretarias que recebiam os recursos transferidos para execução de seus programas. Essa política teve curta duração, pois em 1990 - Ano Internacional da Alfabetização - em lugar de se tomar a alfabetização como prioridade, o governo Collor extinguiu a Fundação Educar, não criando nenhuma outra que assumisse suas funções. Tem-se, a partir de então, a ausência do Governo Federal como articulador nacional e indutor de uma política de alfabetização de jovens e adultos no Brasil. (SOARES, 1996).

coordenadores de turmas do Programa e Plano Pedagógico.

- Também serão repassados valores que poderão ser utilizados nas despesas decorrentes do processo de formação:

- a) Remuneração do instrutor
- b) Hospedagem, alimentação e transporte do instrutor e / ou alfabetizador
- c) Material de consumo e material instrucional a ser utilizado na formação.

- As turmas de alfabetização deverão ter no mínimo 5 alfabetizandos, na área rural e 10 alfabetizandos na área urbana e, no máximo, 25 alfabetizandos por turma.

- Caberá ao órgão executor fazer o repasse dos recursos devidos aos alfabetizadores mensalmente, de acordo com o número de alfabetizandos efetivamente em sala de aula.

B) PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS: EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA (P ROJOVEM):

É um programa criado pelo Governo Federal e executado em parceria com as prefeituras, que busca reduzir a desigualdade social e dar mais oportunidades para os jovens.

(Disponível em <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/trabalho/projovem/0001>)

- O que objetiva: elevação de escolaridade e qualificação profissional, para jovens de 18 a 24 anos, em situação de exclusão e vulnerabilidade social, bem como a elevação de escolaridade e a conclusão do ensino fundamental.

- Público Alvo: jovens de 18 a 24 anos que cursaram até a quarta série, mas que não

tem o ensino fundamental completo e não mantém vínculos de trabalho.

- Como funciona: os alunos recebem um incentivo mensal de 100 reais desde que freqüentem um curso que ao final perfaz 1600 horas (1200 presenciais e 400 não presenciais, sendo 800 horas de formação escolar, 350 de qualificação profissional e 50 de ação comunitária) desenvolvidas em 12 meses consecutivos.

- Os jovens ao final do curso se submeterão a um exame nacional que servirá de base para certificação de conclusão do ensino fundamental pelos sistemas estaduais, municipais ou Distrito Federal.

C) FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS EDUCADORES EM EJA:

É oferecido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC) com a Universidade Federal de Brasília/ Decanto de Extensão, teve início no dia 03 de abril de 2006, envolveu as áreas temáticas como: educação no campo, educação indígena, educação ambiental, educação de

jovens e adultos, educação para o respeito à diversidade étnico-racial, às questões de gênero e de orientação sexual, e ainda, visa atender às demandas dos educadores populares, professores e gestores. É oferecido na modalidade a distância, com carga horária de 240 horas. Tem 27 professores inscritos do RS.

D) ESCOLA DE FÁBRICA:

Visa incluir jovens de baixa renda no mercado de trabalho através de cursos de iniciação profissional em unidades formadoras no próprio ambiente das empresas, gerando renda e inclusão social. Quem pode participar:

- Empresas Estatais; Sociedades de Economia Mista; Administração Direta, Autarquia e Fundacional, em todas as esferas de governo; Instituições Privadas sem fins lucrativos; Empresas privadas; Instituições Educacionais Certificadoras.

Como participar:

- Gestora: entidades credenciadas no Ministério da Educação, através do envio de propostas de cursos compatíveis com a necessidade do mercado de trabalho da região. As gestoras devem prestar conta ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) dos recursos recebidos assim como, responsabilizar-se-ão por certificar os alunos ao final dos cursos e acompanhar os egressos por dois anos após

o encerramento do curso.

- Formadora: A empresa formadora pode participar do programa através da parceria com a entidade pública ou privada sem fins lucrativos (Gestora) credenciada no MEC. Podem ser formadoras todas as empresas do comércio, serviço, agricultura e indústria. Estas devem ter espaço educativo adequado no interior de suas instalações assim como, prover para os alunos transporte, alimentação, vestuário e seguro de vida. Como também elaborar em conjunto com as gestoras o Projeto Pedagógico do curso.

- Aluno: jovem com idade entre 16 e 24 anos, com renda per capita de 1,5 salário mínimo e que esteja matriculado no ensino básico regular ou na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

- Áreas em que os cursos podem ser oferecidos (reconhecidas pelo Conselho Nacional de Educação): Agropecuária, Artes, Comércio, Comunicação, Construção Civil,

Design, Geometria, Gestão, Imagem Pessoal, Indústria, Informática, Lazer e desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Mineração, Química, Recursos Pesqueiros, Saúde, Telecomunicações, Transporte, Turismo e Hospitalidade.

- Cursos: terão duração de 6 a 12 meses com carga horária mínima de 600 horas/

aula. A divisão será de: 120 horas/aula de ensino básico, 120 horas de temas transversais e 360 horas de conteúdo da área profissional do curso. O aluno recebe uma bolsa auxílio de R\$ 150,00 por mês, enquanto durar o curso.

- As instituições gestoras serão responsáveis pela distribuição da verba.

E) PROGRAMA DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Conforme decreto nº 5478, de 24 de junho de 2005, fica instituído no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, o Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. O PROEJA abrangerá a formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Deve ser desenvolvido a partir de uma proposta que prepare o aluno para a formação integral em todos os níveis e não apenas um técnico apto para ingressar no mercado de trabalho, contemplando a escolaridade com profissionalização.

- Quem pode participar:

Os sistemas de ensino que ofereçam educação profissional e técnica de nível médio. Sistemas Estaduais, Sistemas S (nome que ficou convencionado chamar ao conjunto de onze contribuições de interesse

de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição, art. 149), Conselho Nacional de Secretários de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

- Cursos:

Os cursos serão ofertados em sintonia com as demandas de cada região, contribuindo para o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico. Estes serão organizados no caso de formação inicial e continuada com uma carga horária máxima de 1600 horas assegurando cumulatividade: mínimo de 1.200 horas formação geral e 200 horas formação profissional. No caso dos cursos de educação profissional técnica de nível médio os cursos deverão ter carga horária máxima de 2.400 horas, assegurando-se cumulatividade: 1200 horas formação geral, carga horária mínima estabelecida para habilitação profissional técnica, observâncias às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos emanados do CNE para a

educação técnica de nível médio para a EJA.

- Verbas:

O orçamento do PROEJA para 2006 é de R\$ 21 milhões, sendo que R\$ 15 milhões para as 144 instituições da rede federal de

educação profissional e tecnológica (limitando a R\$ 108 mil por unidade escolar), e R\$ 6 milhões para as unidades federativas (limitadas a R\$ 204 mil para cada unidade).

E) FAZENDO ESCOLA:

É o Programa de Apoio a Estados e Municípios para Educação Fundamental de Jovens e Adultos. Seu objetivo é contribuir para enfrentar o analfabetismo e baixa escolaridade em bolsões de pobreza do País, nos quais se concentra a maior parte da população de jovens e adultos que não completou o Ensino Fundamental. Este programa desenvolve ações integradas entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para garantir aos jovens e adultos da zona urbana e rural o acesso e a permanência no ensino fundamental. Nesse sentido, melhora a qualidade no

atendimento à população acima de 15 anos que ainda não concluiu o ensino fundamental, amplia a oferta de vagas, assegura a continuidade dos estudos dos alunos egressos dos programas de alfabetização de jovens e adultos e melhora a formação continuada dos professores. No Rio Grande do Sul, 104 municípios recebem verbas do Fazendo Escola, bem como a Secretaria Estadual da Educação. Dado o exposto cabe a você constatar quais programas estão em funcionamento no seu município.



Maiores informações visite o Site: <http://portal.mec.gov.br/secad/>



Atividade Final

Trabalho em Grupo

Pesquise na sua comunidade que programas de Educação de Jovens e Adultos são desenvolvidos. Disponibilize no ambiente virtual conforme orientação do professor.

UNIDADE

B

A INCLUSÃO E A CIDADANIA, ABORDAGENS DO FRACASSO ESCOLAR, RELAÇÕES E CONSEQÜÊNCIAS NA ESCOLA BRASILEIRA

Objetivos da Unidade:

Ao final da unidade o aluno deverá ser capaz de identificar, analisar as questões da inclusão e a cidadania, identificando as relações e conseqüências do fracasso escolar na escola brasileira.

Introdução



Figura B.1

Esta disciplina visa contribuir na minimização de questões tais como Alfabetização e Cidadania, participando na construção de uma sociedade mais justa e da constituição de uma

identidade política para o conjunto do povo brasileiro. Para tanto filiando-se a luta contra as discriminações e as exclusões.

1 Abordagens do fracasso escolar

Pode se observar em nosso país índices alarmantes de analfabetos. Segundo as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1996) os dados obtidos são: 15.560.260 pessoas Analfabetas na população de 15 anos de idade ou mais, perfazendo 14,7% do universo de 107.534.609 pessoas nesta faixa populacional.

Em Santa Maria/RS, temos aproximadamente 10.000 analfabetos, segundo informação do Fórum Regional de Educação de Jovens e Adultos com sede em Santa Maria, número pequeno se comparado com outras regiões do país, mas inadmissível numa cidade que se intitula "Cidade Cultura".

Como vemos, a existência de pessoas que não sabem ler ou escrever por falta de condições de acesso ao processo de escolarização deve ser motivo de constante reflexão e análise por todas as esferas do país.

Esta situação constitui-se

uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregado na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. (CURY, 2000)

Para contribuir com a minimização destas questões a necessidade de efetivar ações didático-pedagógicas e sócio educativas, principalmente por educadores em formação e/ou formados atuando nos sistemas de ensino

principalmente nos municípios.

Dentro desta perspectiva, passamos a relatar algumas ações desencadeadas por nós, dentro de projetos que coordenamos cujo objetivo principal era o de provocar reflexões coletivas sobre o analfabetismo no Brasil, ou seja, a histórica exclusão das classes populares ao conhecimento letrado. Ainda, contribuir para minimizar os índices de analfabetismo no nosso país.

Das ações que apontamos e que dificultam o caminho a percorrer, registramos algumas falas dos nossos alfabetizandos e alfabetizadores, que destacamos:

Um alfabetizador organizou sua classe, localizada na vila em zona periférica de um determinado município. As primeiras dificuldades começaram a surgir, tais como: falta de material (quadro, giz, cadernos, lápis e outros), providenciar segurança para acompanhar o aluno alfabetizador até o ponto do ônibus. Quando as aulas obtiveram êxito, começaram as faltas dos alunos por vários motivos que culminando na desistência dos 10 alunos.

Outro alfabetizador desenvolvia suas ações na Vila M, no Centro Comunitário, Devido a outras atividades neste local, teve que arranjar outro ambiente para desenvolver suas aulas de alfabetização, a casa de um aluno. Nesta classe 10 alunos estavam matriculados, mas poucos deles concluíram,

O terceiro alfabetizador percorreu durante

dois meses, de casa em casa, com uma lista contendo nomes de aprimoramento 15 pessoas que foram consideradas analfabetas (segundo informação da Associação de Moradores). Somente duas inscreveram-se para freqüentar o projeto, mas apenas uma assistiu às aulas, pois outra, por motivos de saúde, desistiu.

Por outro lado, destacamos algumas falas dos alfabetizadores das situações que enfrentaram:

As aulas ocorreram dentro do possível sem maiores problemas, isto é, quando a alfabetizanda estava inspirada, porque se encontrava com várias dificuldades para assistir às aulas, pois além de separada e leva nas costas o sustento de seus dois filhos, dois netos e uma nora. Sua fonte de renda era faxineira (diarista) nas casas próximas, dessa maneira que ganha a vida e o sustento de sua família.

Aqui exercíamos a funções de psicóloga, analista e também de conselheira. Bem o que posso dizer da história da vida desta alfabetizanda, ela é apenas mais uma brasileira tentando superar o direito que lhe vem sendo negado ao longo dos anos de sua vida. (Professora 1)

Como podemos ver, argumentos que não faltam para justificar a condição na qual se encontram. Agora nos perguntamos: será que a existência de pessoas que não sabem ler e

escrever é mesmo por falta de condições de acesso ao processo de escolarização?

Podemos afirmar que não está sendo nada fácil colaborar para mudar os altos índices de analfabetismo em nosso país.

Em nosso contexto observa-se que a maioria das pessoas que se encontram na condição de analfabetos se recusam a freqüentar programas de alfabetização pelos mais variados motivos. Por isso, apontamos a evasão escolar como um dos fatores mais marcantes na EJA e, para minimizá-la, é preciso a intensificação e ampliação das políticas públicas que visem não só o acesso a EJA, mas a permanência e posterior ingresso em outros níveis de ensino

A reflexão sobre estas ações concretas de alfabetização de jovens e adultos neste contexto social permitem repensar na organização, na execução e na sistematização de novas ações. Possibilita também a dinamização do processo de ação-reflexão-ação da prática educacional, efetivando a interação do saber acadêmico e o saber fazer escolar resultando a construção de um novo saber reelaborado.

2 Relações e conseqüências na escola brasileira

A exclusão e a cidadania abordagens do fracasso escolar. Relações e conseqüências na escola brasileira

Ao falarmos de inclusão na educação de jovens e adultos, primeiro faz-se necessário lembrarmos que ela não deve ocorrer somente em termos legais, mas precisa ocorrer de verdade dentro do ambiente escolar.

Reiteradas vezes vemos a "inclusão" ou o acesso limitar-se ao fato de estar dentro ou fora da escola, contudo fatores extremamente relevantes não são levados em conta para que ocorra uma inclusão de verdade. Tendo em vista que para isso ocorrer é necessário não somente estar dentro do ambiente, mas pertencer a ele como um ser de direitos iguais aos demais.

Para a EJA se configurar realmente como inclusiva, os profissionais nela envolvidos devem considerar fatores como: turno de trabalho dos educandos (geralmente são de no mínimo 8 horas diárias, fato que faz os alunos apresentarem cansaço no momento das aulas), impossibilidade dos alunos de freqüentar as aulas durante todo o ano letivo ou também de chegarem no horário previamente determinado.

Na realidade, os que abandonam a escola o fazem por diversos fatores, de ordem social, econômica principalmente, que, em geral, extrapolam as paredes da sala de aula e ultrapassam os muros da escola. Deixam a escola para trabalhar; deixam a escola porque as condições de acesso ou de segurança são precárias; deixam a escola porque os horários e

as exigências são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir. Deixam a escola porque não há vagas, não tem professor, não tem material. Deixam a escola, sobretudo, porque não consideram que a formação escolar seja assim tão relevante que justifique enfrentar toda essa gama de obstáculos à sua permanência ali. (FONSECA, 2002, p 32)

Devemos considerar também o fato desses alunos terem, em muitos casos, uma lógica de exclusão configurada a partir de suas incapacidades, fato que se torna cômodo para a escola, pois mascara sua inadequação às necessidades desse tipo de clientela, ou seja, o fato dos alunos não aprenderem, na maioria dos casos, não deve ser visto como falta de capacidade, mas como necessidade de adequação dos métodos para a realidade dos educandos.

Não menos importante é lembrarmos ao trabalhar com educação de jovens e adultos o fato de que os métodos e técnicas utilizados na educação infantil tornam-se inadequados para EJA e um ensino e ambiente infantilizados torna-se um fator preponderante para a evasão dos alunos. Com base nesses fatos, é necessário transformar o acesso à educação. Visto que independente do ambiente ou idade todos têm direito legal à alfabetização e esta deve estar, acima de tudo, adequada às condições do alunado, a fim de que o alto índice de evasão da EJA não corrobore com opiniões como a "ideologia do dom", a qual segundo Soares (1986, p. 10) seria entender que "as causas do sucesso ou do fracasso na escola devem ser

Bolsa Escola:

Programa do governo federal que paga para famílias, com renda per capita menor de R\$90,00, o valor de R\$15,00 por filho que esta mantém na escola, sendo que o benefício por família não pode ultrapassar o valor de R\$45,00.

Escola de Fábrica:-

Programa vinculado ao governo federal que oferece auxílio financeiro de R\$150,00 a jovens de 16 a 24 anos com renda per capita inferior a 1,5 salário mínimo que estejam matriculados e freqüentando o ensino básico regular ou Educação de Jovens e Adultos, assim como, participando de cursos de capacitação profissional oferecidos no programa.

buscadas nas características do indivíduo".

É preciso salientar que um ambiente escolar por vezes hostil não se configura como o único motivo para o aluno não estudar, uma vez que em alguns casos a necessidade de sustentar a família sobrepõe a vontade de estudar. Nessas situações, não seria sensato da parte do governo oferecer auxílio financeiro para manter estudando não somente as crianças, como no programa Bolsa Escola, ou os jovens de 16 a 24 anos, como no programa Escola de Fábrica, mas também os adultos de idade mais avançada? Eles não estudam porque precisam trabalhar e não conseguem trabalho porque não possuem estudo.

Não podemos esquecer que as experiências mais radicais de EJA nascem, alimentam-se e incentivam movimentos sociais ou sujeitos coletivos constituindo-se como sujeitos de direitos. Nesses movimentos se descobrem analfabetos, sem escolarização, sem o domínio dos saberes escolares, sem diploma, porém, não só, nem principalmente. Se descobrem excluídos da totalidade de direitos que são conquistas da condição humana. Excluídos dos direitos humanos mais básicos, onde se jogam dimensões mais básicas da vida e da sobrevivência. (ARROYO, 2001, p. 9)

O ensino, em termos de educação de jovens e adultos, para tornar-se inclusivo deve visar principalmente conhecimentos que possibilitem

ao alunado a interação em situações diárias em que o conhecimento aprendido na escola se apresente de forma a propiciar um uso social. Por exemplo, convém, ao serem ensinados conhecimentos matemáticos abordarmos o uso do sistema monetário, durante esta abordagem considerarmos conhecimentos que os educandos já tem construídos a respeito desse assunto, assim como, podem ser utilizadas contas de luz para ensinar conceitos ligados a KW.

Arroio (2001, p. 11) diz que "A educação popular e a EJA enfatizaram uma visão totalizante do jovem e adulto como ser humano, com direito a se formar ser pleno, social, cultural, cognitivo, ético, estético, de memória". Ou seja, para que o trabalho dentro da EJA leve a cidadania, é necessário que esteja voltado sempre a um caráter de uso social que possa oportunizar ao aluno uma interação mais consciente no meio em que convive.


Atividade Final

Elaborar um resumo sobre o tema estudado na Unidade e disponibilizar no ambiente virtual, conforme orientações do professor.

UNIDADE

C

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Objetivos da Unidade:

Ao final da unidade, o aluno deverá ser capaz de organizar, executar e avaliar o processo de educação de jovens e adultos.

Introdução



Figura C.1

Com relação ao eixo teórico preconizado para a operacionalização do ciclo didático (planejamento, execução e avaliação), buscamos inspiração na tendência progressista e libertadora em que vale ressaltar as contribuições de Paulo Freire.

Para melhor compreensão desta premissa, ele apresenta em sua teoria o antagonismo entre as duas concepções: uma a que denomina 'bancária', que serve à dominação, outra, a problematizadora, decorrente de uma pedagogia crítico-dialógica, uma pedagogia da pergunta que serve à libertação e a superação. De Freire (2000), destacamos ainda a citação que diz:

A escola pública que desejo é a escola onde tem lugar de destaque a apreensão crítica do conhecimento significativo através da relação dialógica. É a escola que estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar: onde se propõe a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber crítico, científico, mediados pelas experiências de mundo. (p. 83)

Esta concepção progressista do autor nos permite antever uma possibilidade de superação, ao que se refere como:

libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (...) o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa (...) os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo (...) a emersão das consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade (Idem, p.77).

O modo como se processa esse tipo de educação consiste em uma interação do aluno e do professor, através da dilogicidade, mediatizada pelo mundo, porque:

para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição - um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma inestruturada (Freire, 1993dem, p. 98).



Figura C.2

1 Planejamento, execução e avaliação

Para efetivar uma releitura dos referenciais teóricos que norteiam os pressupostos básicos e norteadores da prática didático-pedagógica do cotidiano escolar alfabetizatório, definimos, como prática pedagógica, o processo de ensinar e aprender, neste caso específico, desencadeado pelo professor alfabetizador, na sala de aula, com objetivo de criar condições para que os alunos se apropriem do conhecimento sistematizado. Na primeira série, destaca-se a aquisição do código da língua escrita e lida e ainda noções básicas iniciais, como habilidades, atitudes e valores essenciais para convivência na sociedade.

Para orientar a ação alfabetizadora, considera-se a dialogicidade como um dos eixos que sinalizam esta metodologia, em que professor e aluno fazem trocas recíprocas.

Segundo Freire (2000)

A priorização da "relação dialógica" no ensino que permite o respeito à cultura do aluno, à valorização do conhecimento que o educando traz, enfim, um trabalho a partir da visão de mundo do educando, é sem dúvida um dos eixos fundamentais sobre os quais deve se apoiar a prática pedagógica de professoras e professores. (p. 82)

O modo como se processa esse tipo de educação consiste em uma interação do aluno e do professor, através da dilogicidade, mediatizada pelo mundo, porque:

O diálogo entre sujeitos em condições de igualdade, de capacitação, de possibilidades de troca, de comunicação, é condição fundamental para que se efetive e se instale o processo libertador, sendo que "existir, humanamente, é pronunciar o mundo,

é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar" (Idem, p. 92).

Pensando o homem como sujeito de sua ação, temos a pretensão de direcionar o conhecimento, também, numa abordagem sóciointeracionista vygotskiana, na qual "o que ocorre não é uma somatória entre fatores inatos e adquiridos e sim uma interação dialética que se dá, desde o nascimento, entre ser humano e o meio social e cultural que se insere" (REGO, 1998, p. 93).

Considerando a realidade escolar que temos e a relação com o patamar que queremos alcançar (utopia), buscaremos contribuir de forma mais humana, mais competente e sociopoliticamente correta para as necessidades que se tem no mundo de hoje. Isso porque, "ao construir o conceito de zona de desenvolvimento proximal e outras teses, Vygotsky oferece elementos importantes para a compreensão de como se dá a integração entre ensino, aprendizagem e desenvolvimento" (REGO, 1998, p. 103).

Faremos isso dentro da perspectiva sóciointeracionista, também de caráter libertador e emancipador, que acreditamos ser fundamental para libertação do homem.

Entendemos que não podemos enfocar a especificidade de uma prática educativa alfabetizadora sem a compreensão de como ocorre o processo específico da alfabetização em termos de aquisição da lecto-escritura, ou



Retome o conteúdo de Fundamentos da Leitura e Escrita, do terceiro semestre.

Emília Ferreiro:

Psicóloga Argentina, doutorou-se pela Universidade de Genebra, orientada por Jean Piaget. Inovou ao utilizar a teoria do mestre para investigar um campo que não tinha sido objeto de estudo piagetiano. Aos 62 anos, é pesquisadora do Instituto Politécnico Nacional, no México". (Disponível em: http://www.psicopedagogia.com.br/emilia_ferreiro).

seja, o processamento metodológico.

Para isso, buscamos subsídios, também, em Emília Ferreiro, tendo em vista as suas contribuições de alto e relevante valor teórico.

Ferreiro trata da alfabetização como um

processo operatório (construtivista) e não figural (Gestaltista) onde a própria criança sendo um sujeito cognoscente que busca adquirir conhecimentos procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que este mundo lhe provoca, procurando através de suas ações sobre os objetos do mundo e construindo suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo organizando-se no mundo (Teberoski & Ferreiro, 1985, p. 26).

A autora abre uma perspectiva transformadora e revolucionária no momento em que nos mostra como o sujeito constrói suas concepções da leitura e da escrita através das hipóteses que vai formulando, decorrentes das interações que efetua no seu meio ambiente e de suas experiências. À medida que vai incorporando essas percepções, elabora suas hipóteses sobre o mundo letrado até compreender o jogo da língua. Quando isso acontece, está alfabetizado. Este processo é o mesmo que ocorre em qualquer fase de desenvolvimento do ser humano, ou seja, crianças, jovens e adultos.

Delineamos que os eixos norteadores para a construção deste processo, a utilização de metodologias que possibilitassem aos envolvidos no processo de formação e/ou formador a apropriação de fundamentos teóricos que embasam a aquisição da leitura e da escrita, dos conhecimentos matemáticos e das diversas áreas e campos específicos do conhecimento e do saber.

Em nossas reflexões sobre a prática educativa no processo de alfabetização de EJA,

destacamos que todo processo de ensino-aprendizagem tem como ponto de partida a realidade bio-psico-social, ou seja, considerando a bagagem de conhecimentos já adquiridos.

Trabalhando nesta perspectiva, o currículo deve propiciar ao aluno a possibilidade de adquirir conceitos e dados (conhecimento), o domínio de habilidades que sirvam como instrumento de trabalho e propiciar ao educando a capacidade de interagir na sociedade de forma autônoma. Para que isso ocorra, o processo metodológico deve surgir de temáticas elaboradas a partir de pesquisas sócias antropológicas, as quais permitem a discussão e a ampliação de saberes já construídos em direção a uma elaboração de novos universos simbólicos.

A alfabetização de Jovens e Adultos passa inicialmente pelo processo de conscientização do alfabetizador e alfabetizando de sua ação educativa como prática de ação libertadora de vida, pois:

A conscientização está (...) ligada à utopia, implica utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos." ... "Não se pode chegar à conscientização crítica apenas pelo esforço intelectual, mas também pela práxis: pela autêntica união da ação e da reflexão." (FREIRE, 1985, p.28 e 92.)

E ainda destaca Freire (1985) que:

Esta forma de comunicação, é imprescindível entre todos os atores envolvidos no processo, o diálogo, é o caminho indispensável, não somente nas questões vitais para nossa ordem política, mas em todos os sentidos da nossa existência. ... comunica. ... tem estímulo e significação: pela fé no homem e em suas possibilidades, pela fé na pessoa que pode chegar à união de todos (p.68).

Outros aspectos que destacamos neste processo é a permeabilidade da afetividade, da

ludicidade e o recreativo, que deve ser uma constante em todos os níveis da capacitação de alfabetizadores e alfabetizados, mas sem perder de vista a cientificidade do conhecimento.

Outro eixo sugerido na alfabetização de jovens e adultos é a interdisciplinaridade. Segundo Barbosa (1984):

uma espécie de síntese entre diferentes campos ou aspectos específicos de um campo que signifique resposta a um problema, uma forma de integrar as disciplinas através do conhecimento, experiência e organização do pensamento (p.73).

Já para fundamentar o princípio do desenvolvimento do pensamento crítico-criativo, em suas diferentes formas de expressão, destacamos a análise de Passmore (1979):

O pensamento crítico, como mostrado nas grandes tradições, une a imaginação e a crítica em uma forma única de pensamento; na literatura, ciência, história, filosofia ou tecnologia, o livre fluxo da imaginação é controlado pela crítica e esta é transformada em uma nova visão de mundo. Não significa que o livre exercício da imaginação ou a proposição de objetos sejam, em si, desprezíveis; a primeira pode ser fonte de novas idéias e a segunda demonstrar a necessidade delas. Mas, por certo, a

educação tenta desenvolver as duas em combinação. O educador está interessado em encorajar a discussão crítica, o que é diferente do mero levantamento de objeções; e a discussão é um exercício de imaginação (p.11).

Diante do que propomos para executar ações concretas de alfabetização de jovens e adultos em nosso cotidiano, a organização, a execução e a sistematização, deve possibilitar a dinamização do processo de ação-reflexão-ação da prática educacional, efetivando a interação entre o fazer e o saber, resultando um saber fazer escolar e significativo para a vida.

A redução da desigualdade não cai do céu por descuido, mas será conquistada historicamente, não como produto definitivo, mas processual. por isso, participação só pode ser conquistada. (...)A redução da desigualdade que o desigual quer só pode ser aquela que ele mesmo constrói. E aí está a sua competência. (DEMO, 1994)



Atividade Final

A partir da leitura do texto, faça uma análise crítica sobre as concepções metodológicas ideais e a realidade constatada. Disponibilize seu trabalho no ambiente virtual conforme orientações do professor.

UNIDADE

D

O CURRÍCULO ESCOLAR NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA

Objetivos da Unidade:

Ao final da unidade o aluno deverá ser capaz de identificar e analisar o currículo escolar no contexto da escola inclusiva.

Introdução



Figura D.1

Considerando o quadro da realidade atual, é possível verificar como vem sendo muito difícil desencadear ações de alfabetização neste contexto, principalmente alfabetizatório, pois a maioria das pessoas que se encontram na condição de analfabetos, muitas vezes se recusam frequentar programas de alfabetização

pelos mais variados motivos.

Destacamos algumas falas dos analfabetos coletadas no cotidiano deste processo, como por exemplo:

- Estou muito velho para aprender a ler.
- Não posso, tenho que ajudar a cuidar os netos.

- Vou pensar, mas acho que não vai dá, tenho que cuidar do meu marido ele anda muito doente.

Sabemos que o analfabetismo é também considerado herança geracional, sendo passada de uma geração para outra, pois podemos dizer que sua raiz está atualmente nas condições sociais que este jovem ou adulto se encontra.

Relato de uma professora EJA

Durante praticamente dois meses, saí de casa em casa com uma lista contendo nomes de pessoas que foram consideradas analfabetas, após um levantamento feito pelos membros da Associação de Moradores, da lista com aproximadamente 15 pessoas, somente duas inscreveram-se para frequentar o projeto, mas apenas uma assistiu às aulas, a outra pessoa por motivos de saúde não compareceu em uma única aula.

Passemos então agora para o relato de como se deram as aulas:

As aulas ocorreram dentro do possível sem maiores problemas, isto é, quando a D. Maria estava inspirada, pois ela encontrava dificuldades para assistir as aulas porque além de ser separada, leva a família nas costas sustentando seus dois filhos, dois netos e uma nora.

Ela não têm um emprego fixo, realiza faxinas nas casas próximas a sua e é dessa maneira que ganha a vida e o sustendo de sua família.

Às vezes, o meu papel ia além ao de educadora e me transformava em psicóloga, analista e também de conselheira, entre outras funções.

Quando ia para os nossos encontros, tinha a consciência de que já tinha de ir preparada para todo o tipo de situação. Houve um dia que o tema da nossa aula foi a minha infância, as minhas brincadeiras, o lugar onde cresci.

Foi um relato muito emocionante quando ela lembrou-se da época em que morou com uma de suas tias, dizendo que sua infância não foi das mais bonitas e alegres, pois sua tia era muito severa. Já em relação a suas brincadeiras, lembrou com saudade do tempo que ela fugia para jogar bolitas com os meninos da rua, inclusive ela me contou que um dia sua tia mandou-a ir na venda comprar algumas coisas, e ela inventou de tirar o cinto que amarrava seu vestido e os sapatos escondendo em um matinho, para poder ir brincar com os meninos, quando ela percebeu que sua tia vinha em sua direção correu para pegar seus pertences e não os encontrou mais, adivinha você o que aconteceu? Isso mesmo levou uma surra que ela não esqueceu até os dias de hoje.

Quando perguntei porque ela gostaria de aprender a ler e escrever respondeu-me que: Só assim ela não dependerá de ninguém quando quiser sair e tomar um ônibus, por exemplo, deixará de ser ludibriada por seus filhos.

Bem o que posso dizer é que histórias como a da vida da dona Maria são muitas e, com certeza, no decorrer de nossa trajetória de educador, não faltarão.

Ela é apenas mais uma brasileira tentando superar o direito que lhe vem sendo negado ao longo dos anos de sua vida.

Eis uma história do dia a dia de um alfabetizador de Educação de Jovens e Adultos?

Entenda mais sobre estrutura no site: www.ufsm.br/prpgp

Para ler mais sobre as normas de redação da folha de aprovação acesse o site: <http://www.ufsm.br/prpgp>

1 Observação participada em escolas e/ou outras experiências de Educação de Jovens e Adultos

Visita a classes formais e/ou outras modalidades de Educação de Jovens e Adultos.

Atividade Final

Ao final da unidade o aluno deverá elaborar relatório das observações participadas em classes de EJA. Disponibilizar a atividade no ambiente virtual conforme orientações do professor.

Referências

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, Marli Eliza D. e KRAEMER, Sonia.

Alfabetização: um estudo sobre professores das camadas populares. In: LÜDKE, Menga. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

ARROIO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. **Revista Alfabetização e Cidadania**, [S. l.], abril 2001. Revista nº 11.

BEZERRA, Ada Augusta Celestina. **Alfabetização: Desafio Dos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental.** (ARACAJÚ, SE 2004). Disponível no site: <http://www.seed.se.gov.br/programas/sergipecidadao/materia01.doc> Retirado em 12/12/2006, às 10h e 45 min.

CARVALHO, Marlene. **Guia Prático Do Alfabetizador.** Ed. Associados. São Paulo.

CURY, 2000 In - MEC/CNE/ - PARECER sobre as DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS CURY, Carlos Roberto Jamil. Sala das Sessões, 10 de maio de 2000.

FERREIRO Emilia. **Alfabetização como processo** (Trad. Sara Cunha Lima e Marisa do Nascimento Paro). São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987.

_____. **Os filhos do analfabetismo: propostas para a alfabetização escolar na América Latina.** In: FERREIRO EMILIA (Org.). Trad. Maria Luíza Marques Abaurre. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

_____. **Reflexões sobre alfabetização** (Trad. Horácio Gonzáles et al.). São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985.

____ e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita.** Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (Trad. Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso). Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FONSECA, Maria da Conceição F. R. **Educação Matemática de jovens e adultos: Especificidades, desafios e contribuições.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **A importância do ato de ler:** em três artigos que completam. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **A pedagogia do oprimido.** 14. ed. São Paulo: Paz e terra, 1985.

_____. **Educação e mudança.** 14. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1988.

